

11 JUL 1985

César Rogério Valente

É preciso definir a economia

Brasil

O presidente José Sarney já demonstrou, por diversas vezes, que assumiu o comando da Nação de uma forma concreta e que vai administrar o País ouvindo todos os segmentos da sociedade brasileira, de forma que os interesses maiores do Brasil sejam preservados e defendidos. Falta-nos, no entanto, uma definição mais clara dos rumos econômicos que serão seguidos a médio prazo, enquanto se desenrolam grande debate nacional da Assembléia Constituinte.

Estes rumos precisam ser definidos logo porque a retomada do processo de desenvolvimento econômico, uma das metas principais da Nação é aceita como tal pela composição de forças políticas que constitui o atual governo, é uma necessidade urgente. O Brasil não pode continuar mais tempo dentro do processo recessivo no qual foi colocado pelos últimos governos federais.

O País precisa conter o déficit público, que já está em torno dos Cr\$ 110 trilhões, quase um terço do PIB de 1984. Precisa realizar uma reforma tributária, de maneira que os Estados e Municípios, hoje à míngua, consigam os recursos necessários para o pagamento de suas despesas com o funcionalismo e para os investimentos indispensáveis na área das obras públicas. Não se pode mais continuar aumentando a carga tributária sobre as empresas e as pessoas físicas, as quais alcançaram o limite de suas possibilidades. É necessário aumentar a oferta de emprego, bem como criar condições para as empresas poderem pagar melhores salários, de maneira a afastar o espectro da crise social que ronda a base da sociedade brasileira. A dívida externa brasileira necessita ser negociada de maneira a evitar seus reflexos danosos a nível interno.

Estas reivindicações não são fáceis de serem atendidas. Sabemos muito bem disso. Mas nem por isso devemos deixar de enfrentá-las de frente. O encaminhamento

das soluções é uma responsabilidade do governo, dos empresários, dos trabalhadores, enfim, de todos os segmentos do corpo social.

Um dos aspectos fundamentais deste grande debate envolve a definição econômica do Brasil. Para acabar de uma vez com a confusão de conceitos, que leva a conflitos insuperáveis no momento da tomada de decisões importantes, os brasileiros precisam dizer se querem viver num regime de livre iniciativa, com oportunidades abertas para todos, ou persistirão no caminho da estatização.

Andou muito bem o presidente José Sarney convocando a Assembléia Nacional Constituinte. Os empresários têm uma posição muito clara sobre isso e deverão usar de seu prestígio e capacidade para defender o primado da livre iniciativa, da economia de mercado. Não terão medo de dizer que o lucro é coisa inerente e primordial no sistema e de condenar a estatização. A teoria tem que ser igual à prática. O Brasil não pode mais continuar falando em regime capitalista e de livre mercado e continuar estatizando.

A nível imediato, anda muito bem a atual administração federal ao promover corte nas despesas das empresas estatais somente desta forma se poderá controlar o déficit interno e diminuir sua pressão sobre o sistema econômico e financeiro. O caminho do aumento da carga tributária é inviável. Qualquer medida neste sentido será altamente desgastante para o governo, que assumiu com o compromisso de agir de forma diferente dos governos anteriores que, a qualquer necessidade de recursos apelavam arbitrariamente para os aumentos de impostos e os empréstimos compulsórios, como se a sociedade brasileira tivesse a obrigação de pagar a conta gerada por administrações irresponsáveis.